

Breves notas sobre *A paz perpétua*: ética, política e devir

Antonio Basílio Novaes Thomaz de Menezes*

Resumo: Este ensaio se define antes de tudo por um experimento mental: ler *A Paz Perpétua* com as lentes foucaultianas da problematização do poder, nos termos de uma “ontologia crítica do presente”. Voltado para uma caracterização crítica da atualidade na análise da do quadro de desconstrução histórica da razão como avalista da paz e do universal como fim último do projeto iluminista, este ensaio tem por objeto reconstruir o tema da *Paz Perpétua*, naquilo que ainda o torna possível hoje sob a ótica das relações de poder. Seu objeto contrasta a ideia de um projeto filosófico com a tarefa de um incitamento ao desafio de pensar a letra kantiana fora do seu quadro restrito, transpondo as barreiras da leitura a tarefa de pensar a possibilidade da Paz no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Atualidade, Crítica, Foucault, Kant, Paz

Abstract: This paper is defined first and foremost a mental experiment: read Peace Perpetua with the lenses of Foucaultian problematization of power in terms of a critical ontology of the present. Towards a characterization of the critical current in the analysis of the framework of historical deconstruction of reason as a guarantor of peace and universal as the ultimate Enlightenment project, this test is to rebuild the theme object Peace Perpetua, what also makes it possible today from the perspective of power relations. His object contrasts the idea of a design philosophy with the task of an incentive to challenge the letter Kantian to think outside their controlled environment, by transposing the barriers of reading the task of thinking the possibility of peace in the contemporary world.

Keywords: Critique, Foucault, Kant, Peace, Present Times

O que subministra esta *garantia* é nada menos que a grande artista, a *Natureza* (*natura daedala rerum*), de cujo curso mecânico transparece com evidência uma finalidade: através da discórdia dos homens, fazer surgir a harmonia, mesmo contra a sua vontade.

(Kant, *Da Garantia da Paz Perpétua*)

* Professor do Departamento de Filosofia da UFRN. E-mail: gpfe@cchla.ufrn.br
Artigo recebido em 30.01.2009, aprovado em 30.06.2009.

Sobre a “raison d’être” das notas

Longe da pretensão de um exame analítico deste conhecido escrito político de 1795, no qual Kant expõe um “projeto filosófico”, este ensaio em torno da *Paz Perpétua* se define antes de tudo por uma provocação. Contrasta a ideia de um projeto com a tarefa de um incitamento filosófico ao desafio de pensar a letra kantiana fora do seu quadro restrito, transpondo as barreiras da leitura já consagrada aos cânones da interpretação.

Distante da discussão que Kant suscita, cumpre ao ensaio uma experimentação de ideias articuladas em notas esparsas, que lutam por sobreviver dando corpo ao texto, delineando-lhe uma estrutura de argumentação. Embora, ao que se possa considerar como a razão de ser deste ensaio, ele mantenha claramente uma filiação kantiana quanto tarefa crítica da Filosofia na sua permanente pergunta pela atualidade.

Tal pergunta responde a pretensão deste ensaio ler *A Paz Perpétua* com as lentes foucaultianas da teoria do poder, nos termos de uma “ontologia crítica do presente”, que se coloca a tarefa pensar a possibilidade da Paz no mundo contemporâneo. Ética e política constituem, então, as dimensões distintas que emergem no plano histórico do problema associadas às condições de possibilidade da Paz não como um universal, mas como devir.

Interpretação de uma abordagem dos princípios kantianos, que não se traduz legítima no sentido fiel do termo, este ensaio concentra-se nos pressupostos desmembrados dos artigos, elencados nas duas seções do corpo do texto e nos anexos da *Paz Perpétua*, cuja estruturação remonta a perspectiva de uma paz duradoura como projeto filosófico. Voltado para uma caracterização da “crítica da atualidade” ou análise da configuração histórica do quadro de desconstrução da razão como avalista da paz e do universal como fim último do projeto iluminista, este ensaio tem por objeto reconstruir o tema da *Paz Perpétua*, naquilo que ainda o torna possível hoje sob a ótica das relações de poder .

Entre Kant e Foucault

Um olhar arqueológico sobre as leituras de Kant por Foucault, revela várias camadas à luz de sua obra, dividida em diferentes períodos e pelas diversas formas de apropriação as quais o primeiro foi alvo. Desde a tradução da

*Anthropologie*¹ – exigência acadêmica de doutoramento, cujos comentários nunca foram publicados – Kant constitui-se num objeto de interesse para Foucault, senão um autor que lhe tangenciava a evolução do seu pensamento. Destacadamente, em *Les mots et les choses*, seja nas passagens sobre o “discurso da natureza”², seja no paralelo estabelecido entre Kant e os Ideólogos com relação a questão da representação³; ou ainda nos artigos *Qu’ est-ce que les lumières?*⁴, de 1983 e *What is Enlightenment?*⁵, de 1984 – onde se destacam os temas da Ética e da Modernidade, no horizonte de problematização do quadro histórico daquilo que então é identificado como “atitude de modernidade”.

Aos olhos de Foucault, Kant sempre caracterizou uma certa âmbiguidade naquilo que concerne nestas referências à problematização do limite da *épistémé* da representação ou ao estatuto de autonomia na passagem da “maioridade”. E embora o primeiro nunca tenha se detido no tema da paz, sua forma de apropriação do segundo deixa em aberto a hipótese de uma “apropriação interpretativa” como condição de possibilidade deste ensaio.

A apropriação que Foucault faz de Kant caracteriza um tipo peculiar de leitura que traça o diálogo com o pensamento kantiano naquilo que lhe dá a pensar e a entrever pela apreensão da sua própria letra. A “apropriação interpretativa” de Foucault aproxima-se daquela proposta por Hannah Arendt nas *Lectures* sobre Kant, em Chicago⁶ mas, ao contrário desta, não se reduz a um momento de exegese, também concebido como ocasião propícia à constituição de novos temas e problemas. A apropriação foucaultiana instaura uma forma de leitura, muito mais do que uma hermenêutica do sentido, um plano de análise que se põe além da compreensão do pensamento por si, e através dele abre-se para o que lhe é imanente, “as condições da experiência real, e não as de toda experiência possível”⁷.

¹ Kant, 1964.

² Foucault, 1966, p.175-176.

³ *Op. cit.* p. 252-253. Ainda esclarece o autor: “Ciência das ideias, a Ideologia [...] não interroga o fundamento, os limites ou a raiz das representações; percorre o domínio das representações em geral; fixa as sucessões necessárias que aí aparecem; define os liames que aí se travam; manifesta as leis que aí podem reinar”.

⁴ Cf. Foucault, 1994, p. 351.

⁵ Cf. *Op. cit.* p. 339.

⁶ Arendt, 1970.

⁷ Deleuze, 1991, p. 69.

Assim, a letra foucaultiana faz-se indissociável de Kant, a partir de uma dupla referência à tradição filosófica e à atualidade histórica, que lhe constituem os registros do potencial crítico e do eixo central da sua problematização. Para Foucault, o potencial crítico aponta para o “diagnóstico da atualidade” e a análise crítica do presente, enquanto experimentação do quadro histórico, daquilo que se coloca diante de todos nós como o “governo por individuação” ou uma “forma de dominação refinada que é exercida sobre a vida cotidiana transformando os indivíduos em sujeitos”⁸. Em outro registro, ele trata da problematização ética no exame crítico do presente, da forma de pertencimento que nós temos com a atualidade, ou seja, da perspectiva que ressalta uma “ontologia crítica de nós mesmos”, na medida em que nós, indivíduos históricos, pertencentes a esse quadro do presente nos dobramos sobre nós mesmos, sobre a nossa própria forma de pertencimento, sobre quem somos, tal como somos e no momento em que somos.

No recorte crítico do presente, encontra-se o dobrar-se do quadro histórico sobre si mesmo, através das práticas, nas suas próprias configurações, ou seja, a pergunta pela atualidade – “o que é que acontece agora?” – e a investigação do que é este “agora”, enquanto construção histórica de um horizonte crítico. Do mesmo modo, no registro da tradição filosófica, da Filosofia como um discurso “da” e “sobre” a Modernidade, destaca-se a problematização do presente dentro do quadro das relações de poder e das formas de resistência aos diferentes tipos de poder que prefiguram a questão da atualidade. Trata-se, assim, de uma “ontologia do presente”, que o autor interpreta para “especificar o modo de ação que [se] é capaz de exercer no interior dessa atualidade”⁹. Descrevendo o horizonte de problematização ética, o qual aparece na compreensão da Modernidade enquanto “atitude de modernidade”, isto é, um “modo de relação com respeito à atualidade”¹⁰ ou uma maneira de pensar, agir e se conduzir, que marca simultaneamente o pertencimento e se apresenta como uma tarefa crítica.

⁸ Cf. Foucault, 1994, p. 227. Ver a dupla acepção sujeito como submetido e sujeito do conhecimento de si.

⁹ *Op. cit.* p. 681.

¹⁰ *Op. cit.* p. 679.

É neste horizonte que se destaca, portanto, a perspectiva de um *ethos*, o qual se estabelece sobre o duplo eixo das condições de análise do presente e do exame crítico do mesmo. A esta perspectiva do *ethos* corresponde, antes de tudo, um tipo de comportamento ou conduta que se constitui no plano da experimentação histórica, sem identificar-se necessariamente com qualquer periodização ou consciência de época. Deste modo, para Foucault, a “atitude de modernidade” relaciona uma dimensão estruturadora do *ethos*, de um lado como uma configuração da exigência de uma postura ética posta no quadro prático da atualidade; e de outro, como entrelaçamento das condições de ação do sujeito nos registros da sua própria singularidade e do quadro histórico da experiência que a constitui.

Por fim, uma leitura *da Paz Perpétua* de Kant, a partir de Foucault, torna-se possível pela delimitação do quadro histórico da Modernidade como aquilo que revela uma postura do indivíduo frente às exigências do seu próprio tempo ou a “saída da menoridade”¹¹ e a radicalidade ético-política do compromisso crítico que se caracteriza com a tradição filosófica. Assim, a “Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento?” expressa a originalidade da pergunta ao voltar-se primeiro sobre si mesmo e reconhecer os seus próprios limites; e depois, dobrar-se sobre a sua própria configuração histórica. E nessa medida é que Foucault destaca os termos da reflexão filosófica kantiana de “encontrar simultaneamente sua própria razão de ser e o fundamento daquilo que diz”¹² na simples interrogação: “o que é que acontece agora?”¹³. Uma pergunta que coloca sob investigação o “agora” no interior do qual somos e define este momento, como também, “o modo de ação que [se] é capaz de exercer no interior dessa atualidade”.¹⁴

Acerca da *Paz Perpétua*

O título *A Paz Perpétua* traduz um projeto filosófico – de Saint-Pierre (1658-1743) à Rousseau (1712-1778)¹⁵ – que atravessa todo o século XVIII –

¹¹ Kant, 1985, p. 498.

¹² Foucault, 1994, p. 680.

¹³ *Op. cit.* p. 679.

¹⁴ *Op. cit.* p. 681.

¹⁵ *A Paix Perpétuelle* do Abbé de Saint-Pierre foi originalmente publicada em 1712, ano da Paz de Utrecht, e seu *Discours sur la Polysynodie* em 1719. Estes textos foram reescritos por Rousseau em 1756 nos *Extraits* e as suas críticas publicadas em 1782 nos *Jugements*.

enquanto uma tentativa de conceber a paz universal como pressuposto da sociedade civilizada no convívio entre as nações. Concepção que Kant recupera no plano histórico do progresso da sociedade humana, tomada de um ponto de vista cosmopolita ou ainda do que se coloca “como um plano secreto da natureza” e se efetiva no conflito da sociedade com aquela.

Escrito sob o signo da Paz de Basiléia, quando, em julho de 1795, a Prússia e a Espanha assinam um acordo de convivência com a França revolucionária, o texto baliza sua concepção de paz entre o imperativo moral fraternidade dos povos civilizados e o estado de guerra latente da sociedade como a ameaça constante da barbárie. Consoante a Saint-Pierre na compreensão da universalidade da paz como necessidade lógica dos interesses comerciais, do progresso e defesa civilização contra a barbárie, Kant condena ao lado de Rousseau a imoralidade da guerra como também expressa um ideal republicano de defesa da cidadania e federação dos estados.

A Paz Perpétua de Kant sintetiza o princípio da liberdade no imperativo moral das condições necessárias à paz, enquanto o “destino manifesto” de uma sociedade internacional gestada pela autodeterminação dos povos. Assim, o projeto de uma “paz perpétua” não se constitui numa utopia irrealizável, senão na proposta de um programa mínimo, cuja a composição em duas seções de artigos, fundamentam os princípios básicos a transformação do estado de guerra latente nas condições de estabelecimento e manutenção da paz.

A este conjunto de normas superiores, que caracterizam mecanismos coercitivos e oponíveis aos Estados na forma dos princípios da manutenção da paz artigos, Kant ainda agrega aos artigos os suplementos: “Da Garantia da Paz Perpétua” e “Artigo Secreto para a Paz Perpétua”. Salvaguardas do seu programa, o primeiro suplemento apoia-se na concepção de Natureza ou no “estado que a Natureza organizou para as pessoas que agem no seu grande cenário, estado que torna necessário, em último termo, a garantia da paz”¹⁶; e o segundo no direito de expressão do “livre juízo da razão” enquanto “obrigação mediante a razão humana (moral e Legisladora)”¹⁷.

A forma pouco usual das duas seções de artigos, acompanhadas dos suplementos, Kant acrescenta mais dois apêndices: “Sobre a discrepância

¹⁶ Kant, 1988, p. 143.

¹⁷ *Op. cit.* p. 150.

entre a Moral e a Política à respeito da Paz Perpétua” e “Da harmonia da Política com a Moral segundo o conceito transcendental no Direito Público”. Estes apêndices aproximam a condição necessária do princípio teórico aos primados empíricos do Direito e da Política, os quais constituem, em termos históricos, a viabilidade da paz enquanto um projeto de sociedade futura.

Kant faz um enlace das dimensões ética e política no âmbito da transcendentalidade, ou seja, das condições necessárias de toda possibilidade empírica de estabelecimento da paz na sociedade e entre os Estados. Ele salienta entre essas duas ordens o elo indissociável da universalidade do valor e da ação, postas em conformidade com os princípios orientadores da razão.

Deste modo, o apêndice sobre a discrepância entre a moral e a política assinala a necessidade da paz no sentido objetivo da ação, de um imperativo moral no campo prático da consciência do dever próprio a razão. Ao passo que, no apêndice sobre o Direito Público, a harmonia da política e da moral caracteriza neste último o parâmetro empírico da instituição e manutenção da paz, assentando-a sobre o princípio moral da condução política, que lhe caracteriza sua existência na base do Direito Público como uma instância reguladora das diferentes relações dadas entre indivíduos de um Estado ou entre vários Estados.

Assim, a luz do pensamento liberal-iluminista da época, a letra kantiana exhibe o seu conteúdo transcendental ao transpor os limites do quadro histórico da proposta, descrevendo em torno da *Paz Perpétua* uma perspectiva crítica da atualidade que, inatual e fora do seu contexto de origem, permite a retomada de alguns dos seus aspectos numa outra formulação da transformação do estado de guerra latente em paz.

Sobre a letra kantiana

Guardadas as devidas proporções, a apropriação interpretativa do tema da paz perpétua serve-se também de uma “cláusula salvatória”¹⁸, considerando-se alguns aspectos da sua leitura, naquilo que concerne a abordagem ou ao propósito que prestar-se-á a interpretação da letra kantiana. Logo nas primeiras linhas da do seu texto, Kant serve-se do expediente desta cláusula para afirmar seu princípio transcendental na ordem política, face a sua ignorância no exercício do poder pelos governantes. Numa formulação

¹⁸ Kant, 1988, p. 119.

original, ele utilizada própria ignorância do princípio teórico pelo político prático como o melhor modo de se proteger “contra toda interpretação maliciosa”¹⁹.

Reinterpretada numa cláusula outra, a apropriação interpretativa salvaguarda a impossibilidade do projeto kantiano de uma paz perpétua, nos termos do paradoxo, desta também ser condição de possibilidade da perpetuação da paz no âmbito do devir. Cláusula outra, paralela aquela enunciada por Kant, a apropriação interpretativa desloca os parâmetros de leitura da Paz Perpétua para a perspectiva da crítica da atualidade, sob a ótica da teoria foucaultiana do poder. Ela adota, em estratégia semelhante a Kant, a salvaguarda de um plano de convergência com este naquilo que se refere aos pressupostos da relação necessária entre ética e política e do estado de guerra latente como condição à perpetuidade da paz.

A interrelação das dimensões ética e política na fundamentação prático-moral kantiana permite reinterpretar a possibilidade da paz permanente para além do seu próprio âmbito de formulação, isto é, da transformação do estado de guerra latente no plano de uma finalidade secreta da Natureza compreendida como o próprio movimento da História. As dimensões ética e política colocam-se então as cristalizações do poder na rede de relações que o constituem, enquanto uma tensão dinâmica no permanente jogo das forças que lhe são imanentes e, por fim, configuram pontos de resistência na sua própria produção. Sendo a História o movimento de configuração da produção dessas relações enquanto devir.

Em termos históricos, a impossibilidade do projeto kantiano se esboça no esboroamento do ideário iluminista, a exemplo da desilusão exposta por Goya no bico-de-pena “O sonho da razão produz monstros”, ou ainda na série intitulada “Os desastres da guerra”. A configuração da contemporaneidade, a sombra deste Iluminismo, se estende então a “calamidade triunfal” de uma terra “totalmente esclarecida”²⁰, ou ainda, uma utopia cosmopolita cristalizada na forma de uma “sociedade de controle”²¹. Assim, a reinterpretação da paz perpétua pela dinâmica permanente das relações de poder dá-se em torno da interrelação do plano histórico com a

¹⁹ Ibid.

²⁰ Adorno, 1986, p. 19.

²¹ Foucault, 1994, p. 226.

crítica da atualidade, os quais caracterizam uma “ontologia do presente”²², centrada na questão da autonomia do sujeito, configurada pela conjuntura histórica de um “governo por individuação” e pela experimentação histórico-prática do indivíduo nos seus próprios limites.

Análoga ao significado do *Aufklärung* em Kant, a pergunta pela atualidade traduz como ponto de partida da reinterpretação da paz perpétua, uma postura crítica em relação ao diagnóstico do presente, estabelecida em torno da análise da configuração histórica das relações de poder e da problematização da autonomia do sujeito moderno no quadro daquelas últimas. Tal postura crítica remete o diagnóstico do presente ao caráter auto-reflexivo do *Aufklärung*, naquilo que se refere à um conjunto de relações e entrecruzamentos das diferentes configurações históricas das relações de poder na produção de suas práticas.

À condição do estado de guerra latente como possibilidade da paz perpétua, o quadro do diagnóstico da atualidade assinala a dimensão ético-política da conjuntura histórica de um “governo por individuação” ou de um processo constante de formação do indivíduo no campo da objetivação e gerenciamento das ações nos ritmos possíveis da vida: trabalho, casa e lazer. Um processo que se constitui através de mecanismos de antecipação, modelagem e criação de expectativas e desejos, de forma simultânea com a dinâmica do Estado moderno na progressiva articulação de uma esfera de decisão político-administrativa acerca da vida e da morte das populações, ou ainda, de uma “biopolítica”²³ que se faz presente.

Contrapartida à ameaça da *barbárie* como condição necessária da paz cosmopolita, o diagnóstico da atualidade estabelece sob a ótica da positividade do poder, o plano da produção dos seus efeitos, isto é, a emergência de formas de contestação e de resistência, imanentes aos mecanismos de exercício do poder, reveladas de diferentes modos no contexto da vida social, enquanto formações que visam a autonomia dos indivíduos. Em outras palavras, significa dizer que a ameaça da *barbárie* se constitui no universo cosmopolita enquanto meios de negação das técnicas e de dispositivos de assujeitamento operados pelos Estados em torno de um do “biopoder”. O que, no âmbito da problematização ética caracteriza uma

²² Ibid.

²³ Foucault, 1976, p.182-183.

modalidade específica de enfrentamento contra “tudo o que relaciona o indivíduo a si mesmo e assegura, deste modo, sua submissão aos outros” e da mesma forma se configura nas “lutas contra o assujeitamento, contra as diversas formas de subjetividade e de submissão”²⁴.

Assim, o exame crítico da atualidade revela a capacidade de um diagnóstico do presente, aliado ao levantamento das tarefas a serem realizadas no campo da experiência ética, a partir do trabalho de reflexão sobre os seus próprios limites. Ele assinala a experimentação constante e metódica do sujeito consigo mesmo, enquanto um modo possível de utilização da liberdade, na dimensão histórica da definição e redefinição permanente de um estilo de vida, considerando os aspectos da contingência e da arbitrariedade.

As condições de uma “ontologia do presente” se faz no “campo atual das experiências possíveis”²⁵ do plano histórico do sujeito tomar a si mesmo como objeto de elaboração de si, que revela no nível do indivíduo a pergunta pela possibilidade da liberdade; condição ontológica da ética. De tal modo que, na base da fundamentação da paz, a interrelação entre ética e política encontra-se na dimensão prática da condição do exercício da liberdade, estabelecido no âmbito das regras e prescrições que cercam os indivíduos ou os diferentes modos pelos quais o sujeito se relaciona consigo e com as esferas da dominação e do poder.

O pressuposto moral da prática política delimita na “ontologia do presente” uma ética encarnada na atitude crítica frente à atualidade, a qual traduz a demanda das racionalidades e das estratégias em jogo, assumidas pela multiplicidade das relações de força. Sob a perspectiva de um diagnóstico da atualidade se coloca, então, a análise e a avaliação das relações de poder na gestão tático-racional dos seus dispositivos, a partir da configuração histórica de uma dimensão ética materializada no desenvolvimento simultâneo das estratificações do poder e das formas de contestação deste, produzidas como formas de liberação.

A dimensão ética da atitude crítica - inerente à pergunta: o que é que acontece agora? – aparece sob um duplo referencial. De um lado, o indivíduo que se volta sobre si mesmo e sua forma de pertencimento à atualidade

²⁴ *Op. cit.* p. 227.

²⁵ Foucault, 1994, p. 687.

histórica no exame de quem somos, tal como somos no momento em que nos examinamos. E, de outro lado, de uma reconstrução da ideia de autonomia, de uma “saída da menoridade”, do “servir de seu entendimento sem ser dirigido por outro”²⁶ como condição necessária da singularidade do sujeito nas redes de relações, enquanto “o esforço para afirmar sua liberdade e para dar a sua própria vida uma certa forma na qual poderia reconhecer e ser reconhecido”²⁷.

Com isto, o pressuposto do entrelaçamento ético-político como condição da paz redimensiona os aspectos da crítica e da condição de “saída da menoridade”²⁸ através do deslocamento do horizonte da maioridade, de um juízo de época para uma avaliação individual ou, no nível da auto-constituição do sujeito autônomo, na passagem do universal para o histórico. Isto é, do indivíduo imerso nas relações de poder, constituído por modos de subjetivação e produtor de resistência, enquanto possibilidade singular da multiplicidade ética de um *telos* da ação, relacionado a capacidade de produção da própria vida no campo estratégico da conduta.

Finalmente, a paz como condição de maioridade, no nível do indivíduo, também é expressão desta, no nível dos Estados e das sociedades, em relação a ideia de uma comunidade internacional. A necessidade da paz é condição para o convívio civilizado da sociedade e simultâneo pressuposto da maioridade dos sujeitos, do mesmo modo que se verifica nos povos, em Estados, na medida em que “os povos podem, enquanto Estados, considerarse como homens singulares” cujo o estado de natureza e guerra permanente exige “constituição semelhante à constituição civil”²⁹.

Assim, a paz se traduz num paradoxo inerente ao princípio da “insociável sociabilidade”³⁰ que se encontra em duas ordens, na base do projeto kantiano. Na primeira ordem, ele constitui o caráter ambíguo da paz, nas relações do indivíduo com a sociedade, sob o aspecto da subjetivação própria a dinâmica da produção do poder, ou daquilo que pode ser caracterizado como a, “tendência de entrar em sociedade, tendência ligada a

²⁶ Kant, 1985, p. 498.

²⁷ Foucault, 1994, p. 731.

²⁸ Kant, 1985, p. 498.

²⁹ Kant, 1988, p. 132.

³⁰ Kant, 1985, p. 482.

uma constante resistência que ameaça sem cessar cindir esta sociedade”³¹. E na segunda ordem, naquilo que concerne as suas condições de permanência da paz, a liberdade subsume-se apenas à dependência reduzida aos limites de um “direito cosmopolita”, de uma regra de “hospitalidade universal”³² que revela a norma como “complemento necessário de código não escrito tanto do direito político como direito das gentes”³³.

Em suma o paradoxo da paz, tanto no nível das relações do indivíduos e das sociedades, quanto dos Estados em relação uns aos outros, encontra-se no pressuposto da necessidade desta para o convívio, que tem na dinâmica conflitiva das relações de poder o quadro de produção das suas possibilidades, caracterizando o enlace entre a ética e a política no plano histórico de um processo multilateral, da multiplicidade efetiva das forças em jogo e da própria paz como força histórica produzida na forma do devir.

Corolário

A possibilidade de se pensar a paz, a partir de um estado de guerra latente, abre aos parâmetros da postulação kantiana os pressupostos de uma teoria do poder, na qual a dinâmica do seu próprio exercício produz, através da correlação de forças, a paz como um telos imanente do movimento constante de apoderamento, extensão das relações, criação redes e resistência na configuração do tecido social. O que, desdobrado em termos da relação entre os Estados, descreve o permanente jogo de relações e interesses políticos no quadro efetivo da multilateralidade das forças numa configuração histórica específica.

Por fim, a paz constitui-se numa força histórica, produzida pela dinâmica das relações de poder, expressa na correlação de forças, num determinado quadro histórico. Configurada pelo movimento constante da produção do poder, a paz se constitui de modo imanente a condição de possibilidade da dinâmica do jogo das forças e da multiplicidade das suas relações. A paz coloca-se uma conjugação permanente do movimento de correlação das forças enquanto devir. Algo que de antemão não é dado mas construído no movimento permanente de tensão das forças, de efetivação do

³¹ Ibid.

³² Kant, 1988, p. 137.

³³ *Op. cit.* p. 140.

poder e produção de resistência. Assim, a paz também se constitui numa força, capaz de se perpetuar nas diferentes configurações históricas do exercício do poder.

Referências

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

ARENDT, Hanna. *Lectures on Kant's Political Philosophy*, New School for Social Research, 1970.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité I*. Paris: Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*, vol. IV. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Paris, Gallimard, 1966.

KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua e outros opúsculos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

KANT, Immanuel. *Anthropologie du point du vue pragmatique*. Traduction Michel Foucault. Paris, Vrin, 1964.

KANT, Immanuel. “Réponse à la question: Qu'est-ce que les lumières?”, trad. Heinz Wismann. In. *Critique de la faculté de juger*. Ed. Ferdinand Alquié. Paris: Gallimard, 1985.

KANT, Immanuel. “Idée d'une histoire universelle au point de vue cosmopolitique”, trad. Luc Ferry. In. *Critique de la faculté de juger*. Ed. Ferdinand Alquié. Paris: Gallimard, 1985.